

Desafiando a Metáfora do Espelho: Livro-Reportagem, Intersubjetividade e Compromisso Social¹

Alexandre Zarate MACIEL ²
Heitor Costa Lima da ROCHA ³
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Resumo

Apostando no compromisso social e na intersubjetividade do discurso como contraponto aos supostos valores da imparcialidade e objetividade, jornalistas-autores de livros-reportagens como Fernando Morais, Zuenir Ventura, Caco Barcellos e Adriana Carranca, analisados neste artigo, propõem, na prática, uma superação da visão positivista que contaminou tanto a ciência moderna como o próprio jornalismo, na chamada metáfora do espelho. Os princípios de universalização do discurso, em Habermas e os paradigmas construtivistas, descritos por Gill entram em diálogo com a crítica à objetividade e as propostas de um jornalismo mais plural, presentes nas análises de Tuchman, Alsina e Charaudeau. Complementam a análise as perspectivas de autores como Rogé Ferreira, Lima, Catalão e Marocco, que trataram do universo do livro-reportagem e destacaram as suas possibilidades emancipadoras.

Palavras-chave: jornalismo impresso; jornalista-autor; construtivismo; Estudos de Jornalismo.

Teoria do Espelho: origens e superações

Nos países desenvolvidos, a imprensa cresceu como uma indústria, apresentando um processo duplo, que se verifica em todo o século XIX e continua no século XX e XXI, de comercialização dos mídia e de profissionalização dos seus agentes, os jornalistas. Assim, um novo paradigma das notícias como informação iria substituir o tradicional, que concebia os meios de comunicação como arma política e os jornalistas como militantes partidários. Nesse cenário, o papel do jornalista é definido como o observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais. Dessa

¹ Trabalho apresentado no GP de Jornalismo Impresso, DT 1, de Jornalismo, no XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA). Atualmente cursa doutorado no programa de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com bolsa pró-doutoral da Capes. E-mail: alexandremaciel2@gmail.com.

³ Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Comunicação, orientador e coautor deste trabalho, com Pós-Doutorado pela Universidade da Beira Interior/Portugal. E-mail: hclrocha@gmail.com.

forma, é pressuposta a possibilidade de uma separação precisa, rigorosa e total entre informação e opinião.

Essa presunção, ainda presente, vincula-se ao positivismo, que reinou na ciência e em todo esforço técnico-científico ambicionando imitar o novo invento da máquina fotográfica, capaz de reproduzir o mundo real como um espelho. A reflexão crítica sobre o mito da objetividade esbarra em resistências dos próprios jornalistas. A teoria do Espelho, oferecida pela própria ideologia dominante no campo jornalístico (pelo menos nos países ocidentais), foi a primeira elaborada e entende que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Ampara-se na noção-chave de que o jornalista é um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender que o desviem da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, “doar a quem doar”. Embora não tenha teóricos conceituados que assumam seu posicionamento, a Teoria do Espelho ainda é hegemônica na maioria das redações.

O propósito deste artigo é apresentar exemplos de jornalistas-autores de livros-reportagens que desafiam esse preceito. Contando com um território mais liberto, em tese, para uma produção jornalística mais plural e intersubjetiva, eles contrapõem, em seu trabalho, a metáfora positivista segundo a qual o jornalismo espelha a realidade a partir de recursos técnicos das chamadas objetividade e imparcialidade. Profissionais como Fernando Morais, Zuenir Ventura, Caco Barcellos e Adriana Carranca invocam, na prática, a perspectiva do paradigma científico construtivista. Por essa ótica, a objetividade humaniza-se, deflacionando a antiga pretensão positivista do acesso à verdade absoluta. Esses repórteres-autores assumem, em suas narrativas na forma de livro, a postura cautelosa do falibilismo, aberta à autoanálise profissional constante, de uma objetividade compreendida como aquilo que é legitimado como válido pelo consenso da comunidade de comunicação.

Ao longo do artigo serão apresentados exemplos de prefácios dos livros-reportagens dos autores mencionados. Nesses textos, formas de apresentar as qualidades da obra para o leitor, companheiros de profissão, do mesmo campo, elogiam as posturas desafiadoras presentes nas obras. A coragem de Fernando Morais de enfrentar a censura do governo militar e desvelar uma Cuba antes oculta ou deturpada. A clara posição de Caco Barcellos em nome dos oprimidos. A intersubjetividade na obra de Zuenir Ventura. A preocupação de Adriana Carranca de traduzir realidades complexas para o universo infantil. Iluminam o debate os princípios de universalização e de discurso de Habermas (1989) e a concepção de

paradigma construtivista de Rosalind Gill (2002), pensados no contexto do fazer jornalístico.

Nesse sentido, a crítica à objetividade jornalística e o apontamento de posturas mais abertas para os jornalistas presente nas análises de Tuchman, Alsina e Charaudeau soma-se à visão específica sobre o assunto daqueles que estudaram o modo de produção do livro-reportagem, como Lima, Rogé Ferreira, Catalão e Marocco. O trabalho dos jornalistas aqui mencionados aproxima-se, ainda que empiricamente, dos princípios do discurso e de universalização, pressupostos de uma ética do discurso como procedimento para descolonizar o mundo da vida (a noção que as pessoas têm da realidade). Ao escolher os seus temas pouco usuais e abrir o microfone para vozes muitas vezes caladas na mídia tradicional, esses autores de livros-reportagens concordam com Habermas (1997), no sentido de que os consensos estabelecidos devam ser reconhecidos como racionalmente válidos por todos os concernidos. Fora desses princípios, não se pode deixar de reconhecer uma comunicação sistematicamente distorcida, que produz pseudo-consensos favoráveis a posicionamentos que se apresentam como expressão do bem comum, quando não passam de interesses particulares poderosos.

Quebrando o espelho

A contestação do paradigma do positivismo, conhecida como “Guinada Linguística/pragmática”, representou a substituição da filosofia da consciência pela filosofia da linguagem, como critério de racionalidade por excelência. A razão, restrita ao âmbito da subjetividade individual pela filosofia da consciência, passa a poder ser concebida em um espaço que extrapola os limites do indivíduo isolado e que se convencionou chamar de intersubjetividade. Tornou-se, dessa forma, um produto humano coletivo destrancendentalizado, ou seja, não mais resultado da ação de um sujeito transcendental. Assim, a questão da transcendência (capacidade do ser humano de construir conhecimento) transborda os limites da mente para envolver a base de um saber compartilhado intersubjetivamente. Essa concepção implica o reconhecimento de que o mundo só se dá a conhecer, como coisa relatada, por meio da linguagem.

Trata-se de um dissenso continuado, diante da constante “coação da realidade” (HABERMAS, 1987, p. 119-120), no caso, as pressões exercidas pelo que desconhecemos no espectro existente entre a nossa representação e a própria realidade. Transpondo essas

reflexões para o universo do jornalismo, Correia (2011, p. 225) recomenda que os jornalistas, como membros de uma instituição legitimada para a interpretação do real, tomem consciência de sua participação na construção da realidade social. Os profissionais deveriam entender que, “tal como todos os observadores sociais, estão presentes no mundo da vida, participam nele e na forma como ele é percebido”. Deixando, assim, de acreditar, “que os seus enunciados são espelhos claros aonde a realidade se reflete, clara e cristalina”. Correia (2011, p. 255) complementa sua análise acrescentando que o jornalista é alguém que “fala desde uma situação dada, que participa de um universo partilhado do qual é observador, mas no qual é agente social”.

Menos condicionado às pressões comuns em uma redação, como as linhas editoriais, o poder econômico expresso na concorrência, pressa do *deadline* e a ótica muitas vezes míope dos valores-notícia, o jornalista autor de livros-reportagem é detentor de uma condição privilegiada para superar a metáfora do espelho em suas obras. Na ótica de Lima (2009, p. 34), muitas vezes o livro-reportagem é fruto da inquietude do repórter “realizar um trabalho que lhe permita utilizar todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade”. Lima (2009, p. 102) acredita que “assumir a relatividade de qualquer visão e tentar, dentro desse limite, abarcar com o máximo de fidelidade possível a compreensão total da realidade – nas câmeras interpenetradas que se puder – surge como o novo desafio do jornalismo”. Assim, o jornalista-autor deveria substituir o “ranço reducionista” da objetividade por novos níveis de compreensão do real.

Para Catalão (2010, p. 128), o livro-reportagem é resultado da realização discursiva de um “repórter-autor, que assume o trabalho de planejamento, coleta e elaboração das informações que serão transmitidas ao público”. Fica menos difícil para esse profissional, que se vê desvencilhado de “constrangimentos enunciativos típicos de um campo marcado pela concentração de poder, pela normatização de procedimentos e de estilos, pelo cultivo da impessoalidade e por restrições temáticas, temporais e de espaço”, segundo Catalão (2010, p. 233), exercer uma “posição dialógica diferenciada” e contrapor-se à ideologia do jornalismo como espelho da realidade.

Foi investido desta determinação que o jornalista Fernando Morais abraçou um tema tabu, em pleno governo militar, viajando clandestinamente para Cuba e publicando, na volta em forma de livro-reportagem, em 1976, o clássico “A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro”. O jornalista estava procurando outras formas de abordar o real, inclusive relatando suas próprias reações na narrativa, mas o entendimento do seu colega de trabalho

Fernando Peixoto, que fez o prefácio da 14ª edição, ainda demonstra uma certa concepção arraigada de verdade tributária ao positivismo: “O que Fernando Morais nos traz, são dados concretos. E diante deles é preciso, porque límpidos, aceitá-los como verdadeiros” (PEIXOTO, 1978, p. 12). Ao final do seu texto, Peixoto (1978, p. 14) parece entender melhor o trabalho diferenciado de Fernando Morais, dizendo que o seu livro “traduz vida e olhos abertos”, constatando que ele “sondou a verdade de um povo, percorreu ruas e estradas procurando desvendar um mistério”. Acrescenta que o jornalista foi examinar a “peste” ao vivo, em um relato “sereno e tranquilo”, que resultou, na sua opinião, em uma “fascinante reportagem que não podemos ignorar, como é impossível ignorar a realidade que ela confronta”. (PEIXOTO, 1978, p. 14).

É interessante contrapor esse prefácio ao da primeira edição, desenvolvido pelo escritor Antonio Callado. Ele começa afirmando que “A Ilha” é uma reportagem no “exato sentido da palavra”, para acrescentar, em seguida: “Ela só admitiria um qualitativo, o de reportagem escolhida, já que o autor não foi imperativamente incumbido por nenhum jornal ou revista de ir a Cuba. Escolheu, como jornalista, seu tema, quis conhecer pessoalmente o país” (CALLADO, 1978, p. 17). Ou seja, Callado já havia percebido a importância da perspectiva autoral de Morais, demonstrando coragem de driblar tanto a censura vigente quanto o próprio processo de produção cotidiana do jornalismo que ele vivia nos jornais em que trabalhava. Classificando a narrativa de Fernando Morais como “cristalina”, ou como “um olho de câmera no cinema aberto sobre um tema”, Callado encerra sua análise chamando o leitor à leitura: “E passo aqui ao leitor a reportagem de Fernando Morais, sólida e cerrada como uma fortaleza nos dados que apresenta, mas ao mesmo tempo transparente, pois deixa ver dentro dos muros a alegre atividade de um povo empenhado na autoria de si mesmo” (CALLADO, 1978, p. 18).

Além de ser um marco na história do livro-reportagem brasileiro, “A Ilha” abriu a perspectiva de todo um mercado editorial. Foi um sucesso comercial, com 30 edições esgotadas e detentor do marco de 60 semanas nas listas de livros mais vendidos, com traduções na Europa, Estados Unidos e América Latina. Ou seja, uma prova de que, mais do que a reportagem publicada cotidianamente nos meios de comunicação, o livro-reportagem apresenta um potencial de muito mais perenidade na proposta de interpretação de mundo que enseja. A partir dessa experiência, outros jornalistas passaram a perceber que experimentar o jornalismo em forma de livro era uma maneira de escapar dos grilhões das redações e exercitar formas mais plurais e intersubjetivas de narrar a realidade.

Objetividade deflacionada

Para entender melhor o jornalismo praticado pelos autores de livros-reportagens mencionados neste artigo, é necessário descrever as características do modelo de comunicação participativa. Durante a década de 1960, o acirramento do debate promovido contra os pressupostos positivistas da ciência social tradicional e o “prodigioso” impacto das idéias estruturalistas e pós-estruturalistas estimularam a busca de um novo paradigma científico: uma perspectiva epistemológica denominada por uns de construtivismo e por outros de construcionismo.

As características-chave dessa nova ótica, apontadas por Gill (2002, p. 245) podem ser encaixadas, pela chave da Teoria do Jornalismo, para compreender como agem os jornalistas-autores que desafiam a lógica positivista. Em primeiro lugar, esses profissionais adotam claramente uma postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão. E um ceticismo com respeito à idéia de que as observações sobre o mundo revelam, sem problemas, sua natureza autêntica. Também é perceptível, no trabalho desses repórteres, o reconhecimento de que as maneiras como normalmente se compreende o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas. Bem como a convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que as maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais. Por fim, os jornalistas-autores de livros-reportagens aqui citados assumem o compromisso de explorar as maneiras como os conhecimentos – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados a ações/práticas.

Analisando o universo dos livros-reportagem, Lima (2009, p. 106) pondera que pelo fato de seus jornalistas-autores não estarem presos “à rotina industrial dos veículos periódicos, têm o potencial em teoria para se livrar da captação premida pelo tempo; estando libertos da objetividade reducionista e puramente tecnicista”. Assim, pelo menos em tese, podem “experimentar novas formas de captação, expandir o leque de fontes de consulta, criar novas maneiras de interação entre o repórter e os seus entrevistados, munir-se de instrumentos inovadores na observação do real em suas múltiplas complexidades”. Em uma perspectiva cara à visão construtivista, o autor de livros-reportagem, de acordo com Lima (2009, p. 86), pode não estar consciente dessas posturas do mundo científico, mas mesmo assim apresenta aos seus leitores, “por experiência intuitivamente acumulada,

ou por clareza espontânea da compreensão do real, um enfoque contextualizador, dinâmico, integral”.

Em outro clássico dos livros-reportagem, “1968: o ano que não terminou”, o veterano jornalista Zuenir Ventura se propôs à complexa tarefa de tentar compreender como o Brasil se integrou aos movimentos mundiais de transformações que marcaram esse período. O surgimento do AI-5, o teatro libertário de José Celso Martinez, os festivais de música, as grandes passeatas, a liberação feminina e sexual, a tortura, repressão, censura, um verdadeiro espírito do tempo, surgem, em perspectiva de uma análise intersubjetiva, no livro de Ventura. Ele não paira sobre o tempo como um narrador onisciente e onipresente. Pelo contrário, assume ter vivido intensamente aquelas transformações e tenta, com a distância temporal e autocrítica, traçar uma interpretação das marcas que esse período deixou inscritas na cultura brasileira.

A professora universitária e crítica literária Heloísa Buarque de Hollanda (2013, p.7) dá início ao prefácio da obra fazendo uma provocação irônica: “Zuenir Ventura não é um bom jornalista. Se a qualidade que define um bom jornalista for a objetividade, é exatamente essa qualificação – que comprovaria, segundo a cartilha das escolas de comunicação, seu valor profissional – que se mostra problemática aqui”. Desenvolvendo seu raciocínio, pondera que é justamente dessa postura que “Zu tira seu passe de mágica”. Heloísa elogia os métodos de aferição de “craque” e as formas de redação “imbatível” de Zuenir Ventura, com seu estilo “ágil, preciso, econômico, sedutor”.

Mas porque Zuenir desafia os preceitos da objetividade? Heloísa explica, relatando sua experiência como leitora da obra e contemporânea do autor: “Surpresa. O que me pegou não foi a precisão da recuperação dos fatos de 1968 nem a extensão do panorama histórico e cultural que o livro oferece. Foi uma coisa estranha, visceral. Um túnel que me fez voltar, no susto e de forma meio irracional, para aquele momento” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2013, p. 8). Ou seja, o jornalista, com sua postura interpretativa, tirou a leitora da sua zona de conforto procurando fugir da apresentação de uma visão estanque e fechada de 1968.

A professora acredita que a forma de Zuenir Ventura “atuar sobre a objetividade” nasce justamente do respeito à relação intersubjetiva que mantém com os personagens que entrevistou para compor a pintura de um período tão conturbado e complexo. Heloísa Buarque de Hollanda (2013, p. 8) constata que os métodos de entrevista de Zuenir não têm como finalidade apenas o “levantamento preciso de dados e fatos”. Vão mais além: “Zu ouviu um pouco mais. Descobre, na inflexão inevitavelmente ficcionalizada da memória,

nostalgias, ressentimentos, desejos, sonhos, frustrações. Essa é a verdadeira matéria-prima que estrutura o trabalho de reconstituição feito por Zuenir, autor e personagem”.

Na imprensa cotidiana, o processamento das notícias não deixa tempo disponível para uma análise epistemológica mais reflexiva. Por isso, os jornalistas precisam de uma noção operativa de objetividade, como apontou Tuchman (1983), para reduzir os riscos colocados pelos prazos de elaboração de notícias dentro da periodicidade de seu veículo; pelas ameaças de processos difamatórios e pelas constantes pressões dos superiores pela obtenção de “furos”, especialmente a apresentação antecipada dos acontecimentos em relação aos concorrentes.

Já no processo de elaboração do livro-reportagem, com o tempo mais dilatado que dispõe, o jornalista-autor pode ensaiar uma superação da objetividade como um ritual estratégico, como constata Marocco (2011), apoiada nas concepções de Foucault (1996). Pressionado pelas rotinas produtivas do jornalismo, o repórter de redação tentaria esconder indícios de autoria em seus textos, invocando marcas discursivas de impessoalidade, que, por si, produziriam efeitos de imparcialidade. Buscando apoio na ciência positivista para o seu reconhecimento social, o jornalista teria, segundo Marocco (2011, p. 2), abandonado o “discurso de opiniões sobre o cotidiano” por outro, supostamente “objetivo” e “neutro”.

Porém, Marocco (2011, p. 5) enxerga nos livros-reportagem a possibilidade do “comentário”, como um tipo de texto que se ocupa do jornalismo para “dele elaborar outro texto que oferece o desvendamento de certos processos jornalísticos, ou a crítica dos mesmos, em operações de produção de sentidos”. Assim, nessas obras, como a de Zuenir Ventura, o jornalista, naturalmente, “fará um exercício de interpretação criativa do que é considerado jornalismo”. Adotando uma postura diferenciada e mais liberta de pressões, o autor de livros-reportagem pode superar os manuais de redação e seus preceitos e inserir, em sua própria narrativa, sem medo, as ponderações e autocríticas sobre as práticas jornalísticas que utiliza para compor sua obra.

Zuenir Ventura lançou “1968: o ano que não terminou” originalmente em 1988, vinte anos depois dos acontecimentos que narra. Experimentando uma faceta interessante de poder testar a perenidade de sua obra, que continuou tendo reedições sucessivas devido ao sucesso comercial (vendeu mais de 300 mil exemplares), o jornalista se propôs a um novo desafio, em 2008, lançando a continuação: “1968: o que fizemos de nós”. Voltando aos mesmos personagens originais, como artistas, ex-líderes estudantis e ex-guerrilheiros, por exemplo, Zuenir reexamina o que ficou e o que se esfacelou daquele ano marcante e mais:

coloca novamente à prova da comunidade de comunicação as próprias conclusões que havia tirado no seu primeiro livro sobre o assunto, beneficiado pela distância temporal. Aproveita, também, para mergulhar na geração do século XXI, inclusive relatando suas impressões de estar em uma enorme *rave* aos 77 anos, as novas drogas e os conceitos revisados de liberdade sexual e posturas políticas. Longe de um falso distanciamento neutro, engaja-se, como jornalista, na tentativa de entender sua geração pela perspectiva tanto dos personagens que foram seus contemporâneos, como também pelos jovens de 2008.

Compromisso social

Outra reflexão sobre mudanças de paradigma na ciência e no jornalismo diz respeito à perspectiva com relação ao senso comum. Para Santos, a ciência moderna distinguiu-se desqualificando o senso comum como falso, ilusório e superficial. Com isso, acabou desprezando algumas virtualidades dessa forma de conhecimento. Santos (2000, p. 57) pondera que “na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum”. Não é difícil fazer um paralelo com o jornalismo, que, entre os seus valores-notícia mais constantes, invoca a importância da fonte proeminente, que ocupa cargos importantes, em detrimento de outros personagens, negando, assim, a um grande contingente, o princípio da igualdade de acesso ao discurso democrático.

Contrapondo-se a essa tendência presente nas redações, os autores de livros-reportagem aqui mencionados estão mais atentos às vozes silenciadas pela grande mídia. Alsina (2009, p. 269), ressalta o “papel social institucionalizado e legitimado na transmissão do saber cotidiano” do jornalismo, bem como o seu papel de “tradutor do saber dos especialistas para o grande público”. Por sua vez, ao analisar livros-reportagem, Rogé Ferreira Jr. (2004, p. 405) percebe, em algumas obras de jornalistas-autores brasileiros e internacionais, “a tentativa de perceber o Outro, de compreendê-lo e fazê-lo compreensível aos demais, tornando público e discutível o que talvez existisse somente em seu interior ou no de determinadas esferas privadas”.

Com “Rota 66: a história da polícia que mata”, lançado em 1992, o jornalista Caco Barcellos orquestrou uma denúncia contundente ao sistema repressivo da Polícia Militar paulista, buscando observar a problemática pelo ângulo de suas maiores vítimas: as pessoas

comuns, muitas vezes sem ficha criminal, assassinadas sumariamente por policiais descontrolados e corruptos. Organizou, com muito esforço, um banco de dados abrangente a partir do qual pode apontar, citando nomes, quem eram os policiais assassinos. Procurou, ainda, dar rosto a tantos jovens mortos nas ruas e que, nos jornais sensacionalistas e programas de rádio histriônicos, eram sumaria e previamente condenados como “bandidos”, “vagabundos” que “merecem morrer” pelas mãos de uma polícia “eficiente”.

Na apresentação da obra, o jornalista Narciso Kalili (1997, p. 7) já começa afirmando que “Caco Barcellos é um jornalista que tem lado. Um lado que continua o mesmo – o do mais fraco, das vítimas”. Kalili lembra que Caco segue o exemplo de outros profissionais que não se “aquecem na própria vaidade nem proclamam uma visão cínica de mundo, quase sempre um horizonte que não vai além do próprio umbigo”. Porém, ressalta, que os jornalistas que escolhem ter um lado “acabam tendo comportamentos muito parecidos: sofrem as mesmas pressões, lutam pelos mesmos princípios”.

Kalili (1997, p. 8) também compreende bem a postura de objetividade deflacionada de Caco Barcellos, ressaltando que para este repórter, “estar de um lado não significa distorcer a realidade, mas aprofundar discordâncias, radicalizar diferenças”. Analisando a postura profissional do repórter, percebe que as marcas principais de Caco Barcellos são “a dedicação, a paciência e o talento para descobrir onde ficam as pontas que ligam todas as histórias”, sempre levando em conta “o mesmo respeito pelas pessoas e por suas histórias”. Conclui reforçando que “Caco Barcellos é um jornalista que está do lado da maioria. O lado dos desgraçados, dos miseráveis. Gente sem privilégios, indefesa, e para quem o seu trabalho representa a porta de entrada em relação à vida” (KALILI, 1992, p. 8).

Mesmo sob a perspectiva dos procedimentos narrativos, outro destaque dos livros-reportagem, Medina (2003, p. 52) aponta que pesa para o leitor de uma narrativa o grau de identificação com os anônimos e suas histórias de vida: “De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha em sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano”. Em seus livros e mesmo no seu trabalho na televisão, Caco Barcellos parece estar atento ao receituário considerado ideal por Medina (2003, p. 53): “Descobrir essa trama dos que não têm voz, reconstituir o diário de bordo da viagem da esperança, recriar os falares, a oratura dos que passam ao largo dos holofotes da mídia”.

No seu primeiro e menos lembrado livro, “Nicarágua: a revolução das crianças”, lançado em 1982, Caco Barcellos já colocava o leitor no interior da revolução popular sandinista, que, entre junho e agosto de 1979, derrubou a ditadura de Anastasio Somoza. Na

apresentação da obra, o jornalista Emílio Chagas (1982, p. 5) elogia a coragem de Caco, não a física, mas a “inerente à dignidade humana”: “Narrando essa luta, uma revolução que avança, conquistando ruas, bairros, cidades – está o repórter. Vivendo situações trágicas, dramáticas, líricas e até, curiosamente, engraçadas”.

Durante toda a obra Caco fala dos seus medos e toma posição clara com relação aos revolucionários, que contam com grande contingente da população ao seu lado. Chagas (1982, p. 5) analisa a postura do repórter, destacando que Caco se mostra “perplexo com a violência, emocionado com o genocídio somozista e confiante porque tem consciência: está numa revolução libertária”. O colega também destaca a característica de “relato de fôlego inesquecível” e chega à conclusão de que o leitor tem em mãos um “documento/reportagem de um repórter que está no front. Aliás, onde todo bom repórter deve estar”.

Teórico da área de Letras e Literatura, Bulhões (2007, p. 45) explica, ao analisar livros-reportagem como os de Caco Barcellos, que a “concessão ao desempenho de uma atitude individualizada, do *eu* que reporta” garante à grande reportagem o lugar simbólico de “ambiente mais inventivo da textualidade informativa”. Assim, levando em conta que o jornalista-autor opera com formas de “dilatação do evento noticioso”, a reportagem “pode estender-se como uma realização descritiva, na composição astuciosa de um personagem ou na coloração de um cenário”. Esses aspectos, além de demonstrar uma contraposição aos formatos tradicionais do jornalismo, atraem o leitor pela perspectiva da identificação.

Tanto em “Rota 66” como em seus dois outros livros, “Abusado: o dono do morro Santa Marta” e “Nicarágua: a revolução das crianças”, Caco Barcellos desafia o receituário da imparcialidade e neutralidade e sempre se coloca na narrativa. Em vários momentos fala de suas angústias, indecisões éticas, formas de aproximação com os personagens nos bastidores, além de analisar o seu papel diferenciado com relação a uma mídia dominante vigente. Essa postura coerente, honesta e constante agrada bastante o leitor, pelo que se pode constatar a partir das várias edições esgotadas nas livrarias (menos do pioneiro “Nicarágua”, mais raro, publicado por uma pequena editora). Para além da sua persona televisiva, que também segue o mesmo caminho de abordagem de temas polêmicos e de dar voz aos anônimos, Caco conseguiu consolidar sua personalidade profissional de autor de livros-reportagem que incomodam, provocam uma reflexão visceral no leitor e seus conceitos arraigados.

Visão plural para todos os públicos

Ao desempenhar o seu papel de confronto à mitologia do espelho, o jornalista-autor de livros-reportagem pode experimentar a compreensão de outros leitores que não só os adultos consumidores de notícias. A procura da formação de um público infantil para o livro-reportagem aos poucos se desenha como uma tendência de fortalecimento do gênero, mas, não apenas isso. Abre, ainda, a possibilidades para que as crianças também tenham acesso a uma narrativa mais plural e intersubjetiva da realidade. É justamente essa a ambição da jornalista Adriana Carranca, experiente correspondente internacional da mídia impressa, com o livro-reportagem infantil “Malala: a menina que queria ir para a escola”.

Carranca narra a história de Malala Yosafzai, uma menina que morava no vale do Swat, no Paquistão, e quase foi assassinada pelas forças do grupo extremista Talibã simplesmente por reivindicar o direito de ir à escola, proibido pelos invasores. Ao criar um *blog* para tratar da situação de opressão na região, Malala ganhou notoriedade mundial e, após sobreviver ao atentado, no qual foi alvejada com um tiro no rosto, ganhou o prêmio Nobel da Paz. A jornalista aproveita o mote e a força da personagem, que era criança como os seus leitores, para tecer uma narrativa poética, quase uma fábula real, sobre a importância da tolerância, da educação, da coragem e da luta pelos direitos humanos.

Além de inserir-se como personagem na narrativa, relatando os perigos que correu ao procurar reconstituir a história de Malala no próprio Vale do Swat logo após o atentado, quando a menina ainda estava em coma e havia uma proibição expressa de entrada de jornalistas no país, Adriana Carranca busca, desde a apresentação do livro, estabelecer uma conversa com o seu jovem leitor. Na apresentação da obra, Carranca (2015, p. 7) alerta: “Tudo o que eu vou contar aqui aconteceu de verdade. É incrível que tenha sido assim, mas foi. Eu sei porque eu estive lá. Eu recebi essa missão porque é isso que os jornalistas fazem: investigam e bisbilhotam tudo, plantam perguntas e colhem histórias”.

Comunicar, informar, tudo envolve escolhas, segundo nos lembra Charaudeau (2006, p. 39). Para tanto, o jornalista precisa se preocupar não apenas com os conteúdos e as formas de se explorar com clareza, mas, principalmente, ter consciência dos “efeitos de sentido para influenciar o outro”, ou seja, as suas “escolhas discursivas”. Com isso, Charaudeau (2006, p. 37) reforça que a informação jornalística “não existe em si, numa exterioridade do ser humano” e deve ser considerada, sim, como construtora de saber, dependendo “ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento”.

Na apresentação de si mesma, ao final da obra, Carranca explica aos seus leitores que na infância não tinha dinheiro para viajar. Em seus encontros diários com o avô, ele fazia um jogo com a menina, perguntando que lugar gostaria de viajar naquele dia, um exercício de pura imaginação. Sua formação de mundo se completou, segundo ela mesma conta, com a enciclopédia de vários volumes que o pai colecionou e encadernou. “Quando eu cresci, quis conhecer os lugares que visitava na infância com meu pai e meu avô, e como eles, quis contar histórias reais sobre o mundo. Por isso resolvi ser jornalista” (CARRANCA, 2015, p. 93). A escritora busca, a todo momento, demonstrar aos seus leitores que o jornalismo é uma profissão de descobertas, tolerância e entendimento do outro, mesmo que ele esteja a quilômetros de distância, inserido em realidades exóticas.

Escrever um livro-reportagem permite ao jornalista exercitar múltiplas leituras de mundo. Para Rogé Ferreira (2004, p. 411), algumas narrativas expressadas pelos livros-reportagens, como as citadas neste artigo, “apresentam características de uma múltipla leitura da existência, do real e do mundo, entrando simultaneamente em sintonia, internamente entre si mesmas e, para fora, além dos próprios círculos, com obras e contextos históricos passados”. Essa nova interpretação do real, possível no livro-reportagem, materializa contradições antes não aparentes e se configura claramente como contra-hegemônica. Se bem engendradas, como no caso de Ventura, Carranca, Morais e Barcellos, as narrativas ganham caráter emancipador, na visão de Rogé Ferreira (2004, p. 409), já que permitem aos leitores a “possibilidade de apropriação dos conhecimentos recusados e ocultados pela ideologia dominante”.

Elementos para uma conclusão: papel autônomo e emancipador

Os acontecimentos formam o imenso universo de matéria-prima noticiável, cuja estratificação consiste na escolha do que será processado. Isto é, do que se julga ser matéria-prima digna de ser erigida à condição de existência pública de notícia, ou seja, possuir noticiabilidade. Neste contexto, a profissionalização das pessoas dedicadas à atividade jornalística é fator essencial para o desenvolvimento do campo jornalístico autônomo, onde podem ser reivindicadas a autoridade e a legitimidade para exercício do monopólio de decidir a noticiabilidade dos acontecimentos e das problemáticas. Sem este monopólio, não se tem como pretender a independência do jornalismo e a competência dos seus profissionais. Nesse sentido, o campo do livro-reportagem representa um espaço

legítimo para o jornalista exercitar uma forma mais plural de interpretação da realidade, bem como contestar a neutralidade e tomar uma clara posição em nome de um compromisso social com a liberdade e a vida.

Convém ponderar que, apesar de tratarmos do livro-reportagem neste artigo, o jornalista tem condições, em qualquer espaço de atuação, de lutar por essa autonomia, como bem comprova o trabalho de Caco Barcellos na rede Globo de televisão. Porém, é inegável que, por suas características de maior liberdade de contextualização dos acontecimentos, contato aprofundado com os personagens e fontes documentais, menos pressões econômicas, políticas e de rotinas produtivas tradicionais da mídia diária, essa forma de jornalismo atrai os jornalistas que querem promover um diálogo mais amplo com o seu público, provocando uma constante (re) avaliação dos seus conceitos.

Como pondera Habermas (1997), o ser humano tem competência para realizar essa idealização de suas condições de vida, tematizando, problematizando e, algumas vezes, ressignificando intersubjetivamente os consensos estabelecidos. Daí a possibilidade de transcendência, de aprendizagem, de um processo coletivo que, gradativamente, vai criando espaços de emancipação de tutelas, de assunção de responsabilidade e autonomia, promovendo um empoderamento crescente da comunidade e sua cidadania ativa. Esse deve ser justamente o papel legitimamente institucionalizado do jornalismo diante da crise de sentido das sociedades contemporâneas. E o jornalista-autor de livros-reportagem, como os mencionados neste artigo, está na condição privilegiada de “quebrar” a imagem do espelho cartesiano e positivista e propor novos modelos mais intersubjetivos de narrar.

Referências

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. Apresentação. In: VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: editora Objetiva, 2013.
- CALLADO, Antonio. Prefácio. In: MORAIS, Fernando. **A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- CARRANCA, Adriana. **Malala: a menina que queria ir para a escola**. São Paulo, Companhia das Letrinhas, 2015.
- CATALÃO JR., Antônio Heriberto. **Jornalismo Best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo**. 2010. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.
- CHAGAS, Emílio. Apresentação. In: BARCELLOS, Caco. **Nicarágua: a revolução das crianças**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
-

CORREIA, João Carlos Ferreira. **Alfred Schutz**: algumas notas sobre uma fenomenologia da comunicação. In: SANTOS, José Manuel; ALVES, Pedro M. S.; SERRA, J. Paulo (Orgs). **Filosofias da Comunicação**. Covilhã/Portugal: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

KALILI, Narciso. Apresentação. In: BARCELLOS, Caco. **Rota 66**: a história da polícia que mata. São Paulo: Globo, 1997.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: livro-reportagem como extensão do jornalismo. São Paulo: editora Manole. 4ª edição, 2009.

MAROCCO, Beatriz. Os “livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. *Contracampo*, v. 22, p. 116-129, 2011. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/86> Acesso em: 1 julho 2016.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. Summus, 2003.

PEIXOTO, Fernando. Um pedaço de terra cercada de amigos e inimigos (prefácio à décima quarta edição). In: MORAIS, Fernando. **A ilha**: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

ROGÉ FERREIRA JR., Carlos Antonio. **Literatura e Jornalismo, práticas políticas**: Discursos e Contra-discursos, o Novo Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livros-reportagem. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli S.A., 1983.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o que fizemos de nós. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.